A LITERATURA COMPARADA E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Eduardo F. Coutinho
Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO: Este artigo trata dos estudos de literatura comparada em seu primeiro século de existência, desde suas mais antigas manifestações, quando não era considerada uma matéria acadêmica, aos trabalhos que a consolidaram nos modernos estudos, especialmente o trabalho de Hutcheson McMaukey Posnett. O artigo também menciona a crítica de Wellek aos estudos embasados na Escola Francesa e, finalmente, acrescenta algumas considerações sobre os estudos interdisciplinares desenvolvidos nas duas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: literatura comparada; escola francesa; escola americana; relações interliterárias e interdisciplinares

ABSTRACT: The article deals with the comparative literature studies in their first century existence, from their earliest manifestations, when it was not yet considered an academic subjetc, to the works that consolidated it in the modern studies, especially the work of Hutcheson McCauley Posnett. The article also mentions Wellek's criticism to the studies base on the French School, end it finally adds some considerations about the interdisciplinary studies developed in the two decades.

KEYWORDS: comparative literature; French School; American School; interliterary and interdisciplinary relations

Embora já se realizassem estudos de Literatura Comparada na América Latina[1] desde meados do século XX, e a reflexão de ordem comparatista já tivesse presença marcante no discurso crítico-teórico desde a chamada era romântica, o grande impulso da disciplina só irá ocorrer de meados dos anos de 1970 para o presente, coincidindo com a transformação que esta sofreu no plano internacional, depois da longa hegemonia da perspectiva formalista norte-americana. Nesse momento, em que a disciplina apresentou talvez a sua mais significativa transformação, passando de um

[1] A América Latina é uma construção múltipla, plural, móvel e variável, e, por conseguinte, altamente problemática, criada para designar um conjunto de nações, ou, melhor, povos, que apresentam entre si diferenças fundamentais em todos os aspectos de sua conformação, mas que, ao mesmo tempo, apresentam semelhanças significativas em todos esses mesmos traços, sobretudo quando se os compara com os de outros povos. Originariamente cunhado na França do século XIX com o fim de designar um subcontinente distinto da América anglo-saxônica, o termo foi primeiramente identificado com a América de língua espanhola, mas, em meados do século XX, sua área semântica se amplia, passando a incluir o Brasil e, mais tarde, o Caribe francês. Entretanto, a grande transformação que veio a sofrer se deu com a inclusão de países e povos do Caribe não colonizados por neolatinos, como as antigas colônias inglesas e holandesas da região, e de universos transculturais

continua...

discurso coeso e unívoco, com forte propensão universalizante, para outro plural e descentrado, e situado historicamente, esta passou a florescer com grande vigor na América Latina, inscrevendo-se na linha de frente das reflexões sobre o continente.

Marcada no início por uma perspectiva de teor historicista, calcada em princípios científico-causalistas, decorrentes do momento e contexto histórico em que se configurara, e em seguida por uma óptica predominantemente formalista, que conviveu, entretanto, com vozes dissonantes de significativa relevância[2], a Literatura Comparada atravessou seu primeiro século de existência em meio a intensos debates, mas apoiada em certos pilares, de tintas nitidamente etnocêntricas, que pouco se moveram ao largo de todo esse tempo. Dentre esses pilares, que permaneceram quase inabalados até os anos de 1970, é impossível deixar de reconhecer a pretensão de universalidade, com que se confundiu o cosmopolitismo dos estudos comparatistas, presente já desde suas primeiras manifestações, e o discurso de apolitização apregoado, sobretudo, pelos remanescentes da chamada "Escola Americana", que dominou a área nos meados do século XX[3].

Conquanto esses dois tipos de discurso apresentem, na superfície, variações, eles encerram, no íntimo, um forte denominador comum – o teor hegemônico de sua construção – e foi sobre este dado fundamental que se baseou grande parte da crítica empreendida a partir de então ao Comparatismo tradicional. Em nome de uma pseudo-democracia das letras, que pretendia construir uma História Geral da Literatura ou uma poética universal, desenvolvendo um instrumental comum para a abordagem do fenômeno literário, independentemente de circunstâncias específicas, os

continuação...

dentro das nações anglo-saxônicas do continente, como as minorias hispânicas no interior dos Estados Unidos e a província do Québec, no Canadá. Estamos empregando o termo neste texto cientes de suas limitações e ambigüidades, mas por outro lado conscientes de sua legibilidade tanto em momentos expressivos do passado do continente quanto no presente, sobretudo no que concerne à semelhança dos problemas e situações que enfrentam os países que o integram. A idéia de América Latina se desenha, assim, para nós, como uma unidade na diversidade, ou seja, como um mosaico de peças díspares, mas com fortes denominadores comuns, como uma região marcada por grande diversidade, mas que articula o heterogêneo em uma estrutura global permeável, contudo reconhecível por suas significações históricas e culturais comuns.

[2] Essas vozes dissonantes surgiram em grupo ou isoladas. Dentre as primeiras, vale mencionar o grupo de estudiosos eslavos (Victor Zhirmunsky, Dionyz Durisin, etc.), que, somando a influências do Formalismo Russo preocupações de ordem social, desenvolveu um sistema de analogias tipológicas e chamou atenção para os *topoi* da tradição popular e legendária. E dentre as segundas citem-se figuras como Robert Escarpit, dentro da própria França, que projetou novas luzes sobre o comparatismo, abordando-o por uma ótica sociológica e realizando pesquisas com o público ledor, que antecipam questões posteriormente retomadas e reelaboradas pelos teóricos da Estética da Recepção, e Claudio Guillén e Guillermo de Torre, que, situados, pela sua origem hispânica, fora do eixo central da Literatura Comparada, ergueram-se como críticos combatentes do etnocentrismo.

[3] Tanto a pretensão de universalidade, expressa pela crença de que, a despeito da diversidade e multiplicidade do fenômeno literário, era possível construir-se um discurso homogêneo sobre ele, uma espécie de "poética universal", quanto o discurso de apolitização, que envolvia a literatura em uma espécie de aura, conferindo-lhe um prestígio especial e distanciando-a de outras formas de discurso, foram noções que dominaram não só os estudos literários, mas toda a *Weltanschauung* de meados do século XX.

comparatistas, provenientes na maioria do contexto euro-norte-americano, o que fizeram, conscientemente ou não, foi estender a outras literaturas os parâmetros instituídos a partir de reflexões desenvolvidas sobre o cânone literário europeu. O resultado inevitável foi a supervalorização de um sistema determinado e a identificação deste sistema com o universal. Do mesmo modo, a idéia de que a literatura deveria ser abordada por um viés apolítico, o que fazia era camuflar uma atitude prepotente de reafirmação da supremacia de um sistema sobre os demais[4].

O questionamento dessa postura universalizante e a desmitificação da proposta de apolitização, que se tornaram uma tônica da Literatura Comparada a partir dos anos de 1970, atuaram de modo diferente nos centros hegemônicos e nos focos de estudos comparatistas até então tidos como periféricos, mas em ambos estes contextos verificou-se um fenômeno similar: a aproximação cada vez maior do comparatismo a questões de identidade nacional e cultural. No eixo Europa Ocidental/América do Norte, o cerne das preocupações deslocou-se para grupos minoritários, de caráter étnico ou sexual, cujas vozes começaram a erguer-se cada vez com mais vigor, buscando foros de debates para formas alternativas de expressão, e nas outras partes do mundo clamava-se um desvio de olhar, com o qual se pudessem enfocar as questões literárias ali surgidas a partir do próprio *locus* onde se situava o pesquisador[5]. A preocupação com a Historiografia, a Teoria e a Crítica literárias continuou relevante nos dois contextos mencionados, mas passou-se a associar diretamente à *praxis* política cotidiana. As discussões teóricas voltadas para a busca de universais deixaram de ter sentido e seu lugar foi ocupado por questões localizadas, que passaram a dominar a agenda da disciplina: problemas como o das relações entre uma tradição local e outra importada, das implicações políticas da influência cultural, da necessidade de revisão do cânone literário e dos critérios de periodização.

Esse descentramento ocorrido no âmbito dos estudos comparatistas, agora muito mais voltados para questões contextualizadas, ampliou em muito o cunho internacional e interdisciplinar da Literatura Comparada, que passou a abranger uma rede complexa de relações culturais. A obra ou a série literárias não podiam mais ser abordadas por uma óptica exclusivamente estética; como produtos culturais, era preciso que se levassem em conta suas relações com as demais áreas do saber. Além disso, elementos que até então funcionaram como referenciais seguros nos estudos comparatistas, como os conceitos de "nação" e "idioma"[6], foram postos por terra, e

[4] Sobre esta questão do eurocentrismo, ver, entre outros, Samir Amin, *Eurocentrism* (Trad. Russell Moore. N. York: Monthly Press, 1989); Jonh Tomlison, *Cultural Imperialism* (Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1991); Aijaz Ahmad, *In Theory: Classes, Nations, Literatures* (Londres: Verso, 1992); e Susan Bassnett *Comparative Literature: a Critical Introduction* (Oxford: Blackwell, 1993).

[5] Ver Homi Bhabha, *The Location of Culture* (Londres: Routledge, 1994).

[6] Sobre o redimensionamento dos conceitos de "nação" e "idioma", ver Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Londres: Verso, 1983); Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality* (Londres: 1989); Homi Bhabha (ed.), *Nation and Narration* (Londres: Routledge, 1994); Montserrat Guibernau, *Nationalisms: the Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century* (Cambridge: Polity Press, 1996); e Sarah M. Corse, *Nationalism and Literature* (Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1997).

a dicotomia tradicionalmente estabelecida entre Literaturas Nacionais e Comparada foi seriamente abalada. A perspectiva linear do historicismo cedeu lugar a uma visão múltipla e móvel, capaz de dar conta das diferenças específicas, e os conjuntos ou séries literárias passaram a ter de ser vistos por uma óptica plural, que considerasse tais aspectos. Categorias como Literatura Chicana, Literatura Afro-Americana ou Literatura Feminina passaram a integrar a ordem do dia dos estudos comparatistas e blocos como Literatura Oriental, Africana ou Latino-Americana, instituídos pelos centros hegemônicos, revelaram-se como constructos frágeis, adquirindo uma feição nova, oscilante em conformidade com o olhar que o enfocasse[7].

O desvio de olhar operado no seio do Comparatismo, como resultado da consciência do teor etnocêntrico que o dominara em fases anteriores, emprestou novo alento à disciplina, que atingiu enorme efervescência justamente naqueles locais até então situados à margem e agora tornados postos fundamentais no debate internacional. Nesses locais, dentre os quais a América Latina, onde não há nenhum senso de incompatibilidade entre Literaturas Nacionais e Literatura Comparada, o modelo eurocêntrico até então tido como referência, vem sendo cada vez mais posto em xeque, e os paradigmas tradicionais cedem lugar a construções alternativas ricas e flexíveis, cuja principal preocupação reside na articulação da percepção dos produtos culturais locais em relação com os produtos de outras culturas, máxime daquelas com que a primeira havia mantido vínculos de subordinação. O desafio levantado por críticos como Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak[8] ao processo sistemático instituído pelas nações colonizadoras de "inventar" outras culturas alcança grande repercussão, ocasionando, em locais como a Índia, a África e a América Latina, reivindicações de constituição de uma História Literária calcada na tradição local, cujo resgate se tornara indispensável. O elemento político do Comparatismo é agora não só assumido conscientemente, como inclusive enfatizado, e surge uma necessidade imperativa de revisão dos cânones literários.

Central dentro do quadro atual da Literatura Comparada, a "questão do cânone", como tem sido designada, constitui uma das instâncias mais vitais da luta contra o eurocentrismo que vem sendo travada nos meios acadêmicos, pois discutir o cânone nada mais é do que pôr em xeque um sistema de valores instituído por grupos detentores de poder, que legitimaram decisões particulares com um discurso globalizante. Um curso sobre as "grandes obras", por exemplo, tão freqüente em Literatura Comparada, quase sempre esteve circunscrito ao cânone da tradição ocidental, e sempre se baseou em premissas que ou ignoravam por completo toda produção

[7] Sobre esta questão da reconfiguração de identidades, ver sobretudo Frederick Buell, *National Culture and the New Global System* (Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1994); Vered Amit-Talai & Caroline Knowles (eds.), *Re-Situating Identities: the Politics of Race, Ethnicity, Culture* (Peterborough, Ontario: Broadview Press, 1996); V. Y. Mudimbe (ed.), *Nations, Identities, Cultures* (Durham: Duke Univ. Press, 1997); and Richard Jenkins, *Rethinking Ethnicity* (Londres: Routledge, 1998).

[8] Ver sobretudo Edward Said, *Orientalism* (N. York: 1978); Homi Bhabha, *The Location of Culture* (nota 6); e Gayatri Spivak, "Can the Subaltern Speak?", in P. Williams & L. Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader* (N. York: Columbia Univ. Press, 1994).

exterior a um círculo geográfico restrito ou tocava tangencialmente nessa produção, incluindo, como uma espécie de concessão uma ou outra de suas manifestações. As reações a esta postura têm surgido de forma variada, e com matizes diferenciados dependendo do local de onde partem. Nos países centrais, é obviamente mais uma vez da parte dos chamados "grupos minoritários" que provêm as principais indagações, e, nos contextos periféricos, a questão se tornou uma constante, situando-se em alguns casos na linha de frente do processo de descolonização cultural.

Ampla, complexa e variada, a questão do cânone literário se estende desde a exclusão de uma produção literária vigorosa oriunda de grupos minoritários, nos centros hegemônicos, e do abafamento de uma tradição literária significativa, nos países que passaram por processos de colonização recente, como a Índia, até problemas relativos à especificidade ou não do elemento literário, dos padrões de avaliação estética e do delineamento de fronteiras entre constructos como Literaturas Nacionais e Literatura Comparada. Com a desconstrução dos pilares em que se apoiavam os estudos literários tradicionais e a indefinição instaurada entre os limites que funcionavam como referenciais, o cânone ou cânones tradicionais não têm mais base de sustentação, afetando toda a estrutura da Historiografia, da Teoria e da Crítica Literárias. Como construirem-se cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças clamadas por cada grupo ou nação (entendendo este termo no sentido amplo utilizado por autores como Homi Bhabha), e como atribuir a estas novas construções um caráter suficientemente flexível que lhes permita constantes reformulações, são perguntas que se levantam hoje a respeito de terreno tão movediço [9].

Perguntas como estas encontram-se quase sempre sem resposta na agenda do Comparatismo, sobretudo após o desenvolvimento dos chamados Estudos Culturais[10] e Pós-Coloniais[11], que atacaram, com força jamais vista, o etnocentrismo da

[9] Sobre a questão do cânone, ver, entre outros Charles Bernheimer (ed.), *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism* (Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1994); e Eduardo F. Coutinho (ed.), *Cânones e contextos. 5º Congresso ABRALIC – Anais* (3 vols.; Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997-98). Uma postura distinta é a assumida por Harold Bloom, em seu *The Western Canon* (N. York: Harcourt, Brace and Co., 1994).

[10] Para maiores informações sobre o debate que se vem travando em torno dos Estudos Culturais, hoje já um tanto afastados, em algumas de suas formas, da Escola de Birmingham, na Inglaterra, onde se originaram, ver Simon During (ed.), *The Cultural Studies Reader* (Oxford: Blackwell, 1994).

[11] Empregamos o termo "pós-colonial" neste ensaio não no sentido cronológico de posterioridade a um processo de colonização, mas antes como um conceito teórico marcado pelo questionamento de todo tipo de discurso que camufla relações de dominação, naturalizando-as, ou, como o define J. M. Moura em seu *Littérature francophones et théorie postcoloniale* (Paris: PUF, 1999, p. 4), como toda estratégia do discurso que rejeita a visão colonial, mesmo durante o período da colonização. O discurso pós-colonial opõe-se ao discurso colonial na medida em que desmascara o primeiro, denunciando conseqüentemente a relação de poder que aquele encobria, e inclui formas que se estendem desde o discurso feminista e dos grupos minoritários étnicos até o discurso dos povos ditos periféricos. É somente neste sentido que podemos falar de um discurso pós-colonial na América Latina, onde a preocupação com o colonialismo diz respeito não à independência política, alcançada já desde a primeira metade do século XIX, mas

continua...

disciplina. A crítica a este elemento, expresso por meio de um discurso pretensamente liberal, mas que no fundo escondia seu teor autoritário e totalizante, já se havia iniciado desde os tempos de Wellek e Etiemble[12], e se lançarmos uma mirada ao espectro de atuação da Literatura Comparada, veremos que ela sempre aflorou de maneira variada ao longo de sua evolução. Contudo, na maioria dos casos, essa crítica se manifestou à base de uma oposição binária, que continuava paradoxalmente tomando como referência o elemento europeu. Conscientes de que não se trata mais de uma simples inversão de modelos, da substituição do que era tido como central pela sua antítese periférica, os comparatistas atuais que questionam a hegemonia das culturas colonizadoras abandonam o paradigma dicotômico e se lançam na exploração da pluralidade de caminhos abertos como resultados do contacto entre colonizador e colonizado. A conseqüência é que ele se vê diante de um labirinto, hermético, mas profícuo, gerado pela desierarquização dos elementos envolvidos no processo da comparação, e sua tarefa maior passa a residir precisamente nessa construção em aberto, nessa viagem de descoberta sem marcos definidos.

Marcados profundamente por um processo de colonização, que continua vivo ainda hoje do ponto de vista cultural e econômico, os estudos literários na América Latina sempre foram moldados à maneira européia, e basta uma breve mirada a questões como as que vêm sendo consideradas aqui para que tal se torne evidente. A prática de se comparar autores, obras ou movimentos literários, já existia de há muito no continente, mas por uma óptica tradicional, calcada, à maneira francesa nos célebres estudos de fontes e influências, que, além do mais, se realizavam por via unilateral. Tratava-se de um sistema nitidamente hierarquizante, segundo o qual o texto fonte ou primário, tomado como referencial na comparação, era envolvido por uma aura de superioridade, enquanto o outro termo do processo, enfeixado na condição de devedor, era visto com evidente desvantagem e relegado a nível secundário. Como sempre que este método era empregado no estudo da Literatura Latino-Americana, o texto fonte era uma obra européia, ou mais recentemente norte-americana, a situação de desigualdade emergente do processo se explicitava de imediato. O resultado inevitável era a acentuação da dependência e a ratificação incontestável do estado de colonialismo cultural ainda dominante.

---

continuação...

à independência cultural e sobretudo econômica ainda hoje vigente com relação a países do chamado Primeiro Mundo, e com as relações de poder entre grupos étnicos, os sexos, e principalmente as diferentes classes sociais. Para maiores informações sobre a questão, ver Bill Ashcroft, G. Griffiths & Helen Tiffin (eds.), *The Post-Colonial Reader* (Londres: Routledge, 1995), Peter Childs & Patrick Williams (eds.), *An Introduction to Post-Colonial Theory* (Londres: Prentice Hall, 1997), Leela Gandhi, *Post-Colonial Theory. A Critical Introduction* (N. York: Columbia Univ. Press, 1998), e Ania Loomba, *Colonialism/Postcolonialism* (Londres: Routledge, 1998).

[12] Vejam-se, por exemplo, os clássicos René Wellek, "The Crisis of Comparative Literature", in Werner Friederich (ed.), *Comparative Literature: Proceedings of the 2d. Congress of the ICLA* (2 v.; Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1959, v. 1, p. 149-60; e René Etiemble, *Comparaison n'est pas raison* (Paris: Gallimard, 1963).

Este tipo de Comparatismo encontrara na América Latina um solo propício ao seu florescimento, e semeado já em boa parte por poderosos aliados no campo da História e da Teoria Literárias, a saber: uma historiografia alheia e inadequada, e um método, que poderíamos designar de aplicação de modelos teóricos tidos como universais. No primeiro caso, basta lembrar a questão da periodização literária, que sempre tomou como base movimentos ou escolas surgidos na Europa e encarou as manifestações locais como extensões dos primeiros, reduzindo-os a uma espécie de reflexo esmaecido dos modelos forâneos. E, no segundo caso, a aplicação dogmática, tanto na Crítica quanto no ensino da Literatura, de postulados de correntes teóricas européias a qualquer obra literária, sem se levar em conta as especificidades que a caracterizavam e as diferenças entre o seu contexto histórico-cultural e aquele onde elas haviam brotado. Tais formulações, diga-se de passagem, haviam emergido, na maioria das vezes, de sérias reflexões sobre um *corpus* literário da Europa Ocidental, mas, ao serem generalizadas, homologavam a identificação, tão cara aos europeus, de sua cultura com o universal.

Esta prática, que atingira seu apogeu nos anos dourados do Estruturalismo francês, começou a ser posta em xeque na América Latina em finais da década de 1970, e para tal contribuíram de modo decisivo o Desconstrucionismo, com sua ênfase sobre a noção de diferença, e a revalorização da perspectiva histórica, que voltou a chamar atenção para a importância do contexto. O questionamento de noções cristalizadas, como as de autoria, cópia, influência e originalidade, empreendido pelos filósofos pós-estruturalistas teve grande repercussão no meio intelectual latino-americano, levando os estudiosos da Literatura a reestruturar os conceitos e categorias que utilizavam. Agora, nas abordagens comparatistas, o texto segundo não é mais apenas o "devedor", mas também o responsável pela revitalização do primeiro, e a relação entre ambos, em vez de unidirecional, adquire sentido de reciprocidade, tornando-se, em conseqüência, mais rica e dinâmica. O que passa a prevalecer na leitura comparatista não é mais a relação de semelhança ou continuidade, sempre desvantajosa para o texto segundo, mas o elemento de diferenciação que este último introduz no diálogo intertextual estabelecido com o primeiro[13]. Esta ênfase sobre a questão da diferença, propiciada pelas novas correntes do pensamento acima mencionadas, prestou valiosa contribuição aos estudos de Literatura Latino-Americana, que sofreram, pelo menos no campo do Comparatismo, uma séria revisão crítica. No entanto, ela também deu margem, por outro lado, a falaciosos exageros, expressos freqüentemente sob a forma de um acentuado ufanismo. Não basta, como se poderia supor, inverter a escala de valores do modelo tradicional para derrocar-se o seu teor etnocentrista, pois o referencial neste processo antitético continua sendo o elemento europeu. É preciso ir mais além: desconstruir o próprio modelo, ou, melhor, desestruturar o sistema

[13] Um texto extraordinário de Borges, que pode ser visto como uma paródia a situações como esta, tão presente na vida latino-americana, é "Pierre Menard, autor del Quijote", de *Ficciones* (Buenos Aires: Emecé, 1956).

hierárquico sobre o qual ele se havia erigido. Daí a necessidade a que se referem outros estudiosos da questão de desarticulação do discurso que sustenta o Comparatismo, para rearticulá-lo sobre novas bases.

A outra tendência do pensamento contemporâneo que contribuiu para o questionamento da visão de mundo eurocêntrica – a revalorização da perspectiva histórica – também encontrou terreno fértil no campo dos estudos literários latino-americanos. Num contexto onde correntes como o marxismo e o historicismo sempre tiveram grande penetração, e questões como a da dependência econômica sempre estiveram no cerne de qualquer debate de ordem política ou cultural, a idéia de que as manifestações literárias constituem redes de relações, reacendeu a chama de antigas disputas que se haviam esfriado com o domínio do Estruturalismo e abriu amplas e frutíferas possibilidades para um novo tipo de Comparatismo. De acordo com este, não basta insistir na importância das diferenças latino-americanas, mas estudar a relação destas diferenças com o sistema de que fazem parte – a literatura do continente em seus diversos registros – e investigar o sentido que assumem no quadro da tradição literária ocidental[14].

Reconhecendo a importância dessas questões e a carência de estudos desse tipo dentro do seio do Comparatismo latino-americano, em geral somente voltado para o chamado veio culto da literatura e para os paralelos apenas entre literaturas de línguas diferentes, podemos tentar sistematizá-los, como o fez, por exemplo, Ana Pizarro (porta-voz do grupo reunido em Campinas nos anos 80 sob a supervisão de Antonio Candido), que assinalou três diretrizes, ou níveis de interação, que a configuração do desenvolvimento literário latino-americano exigiria do Comparatismo[15]. São eles: a tradicional relação América Latina/Europa Ocidental, a relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina e a caracterização da heterogeneidade das literaturas nacionais no âmbito continental. Levando em conta que nenhuma aproximação à literatura do continente pode deixar de inserir-se no escopo dessa dinâmica tríplice, sem cuja percepção não se pode penetrar na complexidade da Literatura Comparada na América Latina, faremos uma breve referência a cada uma dessas diretrizes, começando pela última.

[14] Para um maior debate sobre a construção da identidade nos estudos literários na América Latina hoje, ver, entre outros, Fernando Aínsa, *Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa* (Madri: Gredos, 1986); Roberto Schwarz, *Que horas são?: ensaios* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); Luiz Costa Lima, *Pensando nos trópicos* (Rio de Janeiro: Rocco, 1991); Néstor García Canclini, *Culturas híbridas* (Buenos Aires: Sudamericana, 1992); George Yúdice, Jean Franco& Juan Flores (eds.), *On Edge: the Crisis of Contemporary Latin American Culture* (Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1992); Guillermo Bonfil Batalla, *Identidad y pluralismo cultural en América Latina* (Buenos Aires: Fondo Editorial de CEHASS, 1992); John Beverly & José Oviedo (eds.), *The Postmodernism Debate in Latin America*. A Special Issue of *Boundary 2* (Durham: Duke Univ. Press, vol. 20, n. 3, Fall 1993); Octavio Ianni, *O labirinto latino-americano* (Petrópolis: Vozes, 1993); Renato Ortiz, *Mundialização e cultura* (São Paulo: Brasiliense, 1994); e Amaryll Chanady (ed.), *Latin American Identity and the Constructions of Difference* (Minneapolis: Minnesota Univ. Press, 1994).

[15] Ver Ana Pizarro (ed.), *La literatura latinoamericana como processo* (Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985), e sobretudo Ana Pizarro (ed.), *América Latina: palavra, literatura e cultura* (3 v.; São Paulo: Memorial da América Latina; Campinas: UNICAMP, 1993).

A caracterização da heterogeneidade das literaturas nacionais na América Latina constitui um problema fundamental para o Comparatismo, na medida em que exige deste o reconhecimento de registros não só diferentes dentro de uma mesma literatura nacional (o espanhol e o quíchua, por exemplo, no Peru; ou o espanhol e o guarani, no Paraguai), mas ainda de níveis tradicionalmente distintos, como o erudito e o popular, este último quase sempre marginalizado. A cultura latino-americana caracteriza-se, desde o século XVI, por significativa pluralidade, e o Comparatismo não pode perder de vista este fato, devendo estender-se ao estudo de textos não só remanescentes das culturas indígenas anteriores à chegada dos europeus ao continente, e aos poucos que continuaram a ser produzidos nas línguas ainda faladas, como também às formas transmitidas oralmente e às atuações dessas diversas culturas umas sobre as outras. É o caso da atuação de culturas indígenas sobre a obra de autores como José María Arguedas e Miguel Angel Asturias, ou de escravos africanos sobre a produção escrita em *créole* no Caribe, ou em seu correspondente nos locais de colonização inglesa ou holandesa. É também, embora às avessas, o caso da recepção, por parte da oralidade, da cultura do texto, como ocorre, por exemplo, com a literatura de cordel brasileira, que narra episódios de cantares de gesta franceses.

O segundo nível de interação referido, a relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina, apresenta, entre outros, dois problemas de certa magnitude: o da delimitação da área abrangida pelo conceito de América Latina e o da unidade na diversidade que caracteriza os países do continente, sem falar na própria idéia de "nação", hoje totalmente reformulada[16]. No primeiro caso, a questão que se coloca de imediato é a dos critérios a serem utilizados na delimitação do conceito, que evoluíram de uma perspectiva política originária, mas calcada num referencial etnolingüístico, para outra ainda mais acentuadamente política, mas centrada em torno de um referencial de ordem socioeconômico, passando a incluir, por exemplo, regiões do Caribe não colonizadas por povos de origem neolatina, como as antigas colônias inglesas e holandesas da região, e universos transculturais dentro das nações anglo-saxônicas do continente, como as minorias hispânicas no interior dos Estados Unidos[17]. O segundo caso, um pouco mais complexo, implica uma dinâmica múltipla, que se estende desde a independência, no plano diacrônico, do *corpus* literário com relação às literaturas das metrópoles colonizadoras, até o reconhecimento, no plano sincrônico, de conjuntos ou blocos nacionais ou regionais, que se vão encaixando num processo de *mise en abîme* a outros maiores, ligados por fortes denominadores comuns, até chegar-se a uma espécie de mosaico, cujas partes, por mais integradas ao todo, continuam mantendo certa individualidade. Neste sentido, o conceito de literatura latino-americana não se atém nem ao mero somatório de distintas literaturas nacionais, nem a uma generalização abstraída de qualquer análise histórica concreta; ao contrário, consiste na construção de uma unidade plural e móvel, que busque dar conta da tensão entre a produção literária geral do continente e suas diferenças específicas.

[16] Ver nota 6.

[17] Ver nota 1.

A terceira diretriz mencionada, a das relações entre a Literatura Latino-Americana e as da Europa Ocidental, a que podemos acrescentar mais recentemente a da América do Norte, é a que já se verificava no Comparatismo tradicional, e que vem sofrendo séria revisão crítica da década de 1980 para o presente, sobretudo no que concerne ao questionamento de sua perspectiva unilateral. Aqui, além do estudo das respostas criativas que a Literatura Latino-Americana vem apresentando em seu processo de apropriação de formas européias, e do exame das diferenças encontradas com relação ao sistema de que fazem parte, passa-se a abordar também a atuação dessa literatura sobre a européia e norte-americana, e inclusive sobre outras não pertencentes a nenhuma dessas esferas. Contudo, não se trata, é preciso frisar, de mera inversão do modelo-padrão do Comparatismo tradicional nem de uma extensão do paradigma etnocêntrico a outros sistemas periféricos. O que se pretende, ao contrário, é o estabelecimento de um diálogo em pé de igualdade entre essas diversas literaturas, assegurando a transversalidade própria da disciplina.

É no estudo das relações das especificidades do processo de apropriação com o sistema literário e cultural latino-americano, de maneira geral, que o Comparatismo apresenta sua mais expressiva transformação na América Latina, passando de uma investigação mecânica e unilateral de fontes e influências a uma disciplina de abordagem do fenômeno literário, capaz de desencadear um verdadeiro diálogo de culturas. O Comparatismo é, como afirmou Claudio Guillén em seu livro *Entre lo uno y lo diverso,* uma disciplina decididamente histórica[18], e, como a Literatura Latino-Americana, pelas próprias circunstâncias históricas em que foi engendrada, carrega como marca uma dialética entre o local e o universal, é nesta pluralidade, neste sintagma não-disjuntivo, que ela deve ser apreendida. A literatura dos diversos países latino-americanos recebe, sem dúvida, forte influência da européia, e assimila uma série de aspectos tanto desta quanto de outras literaturas. Mas ela modifica substancialmente tais aspectos no momento da apropriação, passando a apresentar elementos próprios muitas vezes resultantes desse processo. É o que se passou, por exemplo, com o Modernismo brasileiro, originado, de um lado, da transculturação das diversas Vanguardas européias, e, de outro, de uma releitura crítica da tradição literária do Brasil, máxime do período romântico.

Embora como contrapartida à sua própria condição colonial, a América Latina já houvesse desenvolvido, ao longo de todo esse tempo, uma forte tradição de busca de identidade, tanto na própria literatura quanto na ensaística, o Comparatismo que se produzia no continente continuava, de modo geral, preso quer ao modelo francês de fontes e influências, quer à perspectiva formalista norte-americana, que lhe imprimia esterilidade e ratificava sua situação de dependência. Com as mudanças, entretanto, efetuadas dos anos de 1970 para o presente, ele parece ter encontrado seu rumo, e é hoje um dos focos de grande efervescência nos estudos latino-americanos. Associando-se à preocupação com a busca da identidade, agora não mais vista por uma óptica

[18] Claudio Guillén, *Entre lo uno y lo diverso* (Barcelona: Editorial Crítico, 1985, p. 27).

ontológica, mas sim como uma construção passível de questionamento e renovação, a Literatura Comparada na América Latina parece ter assumido com firmeza a necessidade de enfocar a produção literária do continente a partir de uma perspectiva própria, e vem buscando um diálogo verdadeiro no plano internacional.

Assim, qualquer que seja a abordagem que o Comparatismo venha adotando com relação à Literatura Latino-Americana, ele vem passando a levar em conta essas questões. E isto fica evidente quando observamos, por exemplo, no caso dos estudos de gêneros, estilos ou *topoi*, a preocupação com questões como a do realismo maravilhoso, resultante da transculturação de formas distintas do fantástico europeu e norte-americano; do barroco, que voltou a florescer em grande escala nas obras de autores da chamada "nova narrativa" dos anos de 1950 a 1970; da ficção indigenista dos anos de 1920 e 1930; e de ciclos como o do "*gaucho*", da "selva", do "*llano*" e do "sertão", todas estas expressões multifacetadas do regionalismo, decorrentes também de processos transculturadores. Mencione-se ainda, no caso das abordagens interdisciplinares, a presença cada vez maior de uma ampla gama de elementos, que, pelo seu cunho folclórico, ou popular, foram mantidos até a pouco à margem dos estudos literários. Além disso, questões como a da Crítica e da História Literária adquirem uma nova feição e os modelos teórico-críticos relativizam-se, cedendo lugar a uma reflexão mais eficaz.

Todas essas questões, que abordam as diferenças latino-americanas, revelam a ineficácia da transferência de paradigmas de uma cultura para outra. A própria idéia de "literatura nacional", concebida no meio acadêmico europeu com base em noções de unidade e homogeneidade, não pode ser aplicada, de maneira desproblematizada, à realidade híbrida de um continente como a América Latina, onde, por exemplo, nações como a Aymara, vivem divididas por fronteiras políticas instituídas arbitrariamente. Qualquer concepção monolítica da cultura latino-americana vem sendo hoje posta em xeque e muitas vezes substituída por propostas alternativas que busquem dar conta de sua hibridez e pluralidade. Estas propostas, diversificadas e sujeitas a constante escrutínio crítico, indicam a pluralidade de rumos que o Comparatismo vem tomando no continente, em consonância perfeita com as tendências gerais das disciplinas, observáveis sobretudo nos demais contextos tidos até recentemente como periféricos e hoje pólos fundamentais dos estudos comparatistas. A Literatura Comparada é hoje, máxime nesses locais, uma seara ampla e movediça, com inúmeras possibilidades de exploração, que ultrapassou o anseio totalizador de suas fases anteriores, e se erige como um diálogo transcultural, calcado na aceitação das diferenças.